SÉRIE SEMINÁRIOS Nº 15/96
DIRETORIA DE PESQUISA

SEMINÁRIOS SOBRE ESTUDOS DO TRABALHO

O Crescimento dos Serviços no Brasil: Considerações Preliminares

Hildete Pereira de Melo
Carlos Frederico Leão Rocha
Galeno Ferraz
Ruth Helena Dweck
Alberto di Sabbato

SETEMBRO DE 1996

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

SÉRIE SEMINÁRIOS Nº 15/96
DIRETORIA DE PESQUISA

SEMINÁRIOS SOBRE ESTUDOS DO TRABALHO

O Crescimento dos Serviços no Brasil: Considerações Preliminares

Hildete Pereira de Melo
Carlos Frederico Leão Rocha
Galeno Ferraz
Ruth Helena Dweck
Alberto di Sabbato

SETEMBRO DE 1996

Instituições Participantes:

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA-DIPES)
Instituto de Economia Industrial (IEI-UFRJ)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE-DEREM/DEISO/DEIND)
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)
Universidade Santa Úrsula (USU)
Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE)
Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
é uma fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento
e Orçamento da Presidência da República.

PRESIDENTE
Fernando Rezende

DIRETORIA
Claudio Monteiro Considera
Gustavo Maia Gomes
Luis Fernando Tironi
Luiz Antonio de Souza Cordeiro
Mariano Matos de Macedo

A SÉRIE SEMINÁRIOS tem por objetivo divulgar trabalhos apresentados em seminários promovidos pelo IPEA. Os textos são reproduzidos a partir de originais do(s) autor(es), não sofrendo nenhuma revisão pelo Serviço Editorial.

Tiragem: 40 exemplares

IPEA/DIPES
Av. Presidente Antonio Carlos, 51 - 14º andar
CEP 20020-010 - Rio de Janeiro, RJ - Tel.: (021) 292-5141

O Crescimento dos Serviços no Brasil: considerações preliminares*

Hildete Pereira de Melo**
Carlos Frederico Leão Rocha
Galeno Ferraz
Ruth Helena Dweck
Alberto di Sabbato

Resumo

A expansão das atividades de serviço constitui uma das mais importantes mudanças introduzidas no cotidiano humano na segunda metade do século XX. A literatura internacional levanta duas questões centrais na análise do crescimento destas atividades: (i) uma tendência geral à elevação dos preços dos serviços e (ii) a importância crescente dos serviços como insumo intermediário. Este trabalho se propõe a estudar estas questões para o caso específico da economia brasileira. Com este objetivo, a partir da análise de dados da PME, conclui que: (i) há crescente participação dos serviços no emprego urbano; (ii) não se encontra evidências que comprovem o crescimento mais acentuado dos segmentos do setor serviços fornecedores de insumo para a economia: e (iii) existe uma tendência à crescente especialização dos segmentos de serviços intermediários, que se pode deduzir pela maior participação de trabalhadores por conta própria.

Introdução

A expansão das atividades de serviços constitui uma das mais importantes mudanças introduzidas no cotidiano humano na segunda metade do século XX. Não obstante, este crescimento da participação dos serviços na produção da riqueza das economias desenvolvidas não implicou um esforço correspondente no campo teórico da economia e mesmo na área de seus estudos aplicados. A pequena atenção dedicada aos serviços pelo discurso economista explica-se, em parte, pela circunstância dos serviços assumirem, até algumas décadas atrás, um papel secundário na geração da renda das nações. No entanto, um recente relatório do GATT (1989) indica que serviços tais como seguros, telecomunicações, transporte e todo o setor financeiro encontram-se no centro das economias nacionais, proporcionando insumos fundamentais ao setor industrial. A emergência deste novo quadro caracterizado pela expansão relativamente recente da importância das atividades de

* Este artigo resulta de uma pesquisa em andamento realizada pelos autores para o MICT.
** Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense.

serviço vem estimulando, especialmente nas últimas décadas, crescente interesse pela economia dos serviços, como campo de investigação teórica e empírica.

A literatura internacional já existente trata de relacionar o crescimento dos serviços a dois aspectos centrais. Por um lado, a uma tendência geral à elevação de preços, analisada pelos modelos de dois setores com diferenciais de produtividade e denominado de doença de custos (Baumol, 1967). De outro lado, a importância crescente dos serviços como insumo intermediário da economia. Analisando estes aspectos para o caso brasileiro, Flores & Santos (1995) concluem que a economia brasileira não se constituia ainda, na década de 70, em uma economia de serviços, dada a pequena participação dos serviços no emprego e no produto, embora os serviços intermediários acompanhem, em consonância com a tese de Gershuny (1987) a trajetória internacional crescendo acima dos serviços de consumo final.

Este artigo se propõe a enfocar estas questões para o caso brasileiro, no periodo de 1985 a 1995, reconhecendo a precariedade da literatura econômica nacional sobre o assunto. Neste sentido, procura dar evidências de que durante esta década o país caminhou na direção de se constituir em uma economia de serviços. Simultaneamente, apresenta alguns dados preliminares que contestam a tese de Gershuny (1987) de que o crescimento dos serviços fornecedores de insumos intermediários é superior ao crescimento dos serviços finais. Na primeira parte faz uma síntese da importância do crescimento internacional dos serviços e dos problemas acarretados pela dificuldade de definição e mensuração desta grande variedade de atividades, dos principais temas que têm norteado as preocupações dos economistas que tratam da economia dos serviços. Na segunda parte faz-se uma aplicação destes temas para o caso brasileiro sob o ponto-de-vista da trajetória do emprego no setor.

1. A Economia dos Serviços: marco analítico

Dois fenômenos estiveram presentes na história das atividades dos serviços ao longo do século XX. O primeiro refere-se ao crescimento quantitativo destas atividades, em termos da geração do emprego e do produto. O segundo refere-se a diversificação das atividades do setor[1]. A evidência do primeiro fenômeno pode ser verificada pela tabela 1, que mostra, para os principais países da OCDE, a importância do crescimento do emprego das atividades de serviços nas últimas décadas. Em todos os países, os serviços aumentaram sua participação no emprego. Esta evidência é

[1] Alguns autores associam o crescimento da importância do emprego e do produto do setor serviços com a sociedade pós-industrial (Daniel Bell, 1973). Esta tese implicaria um consumo superior de serviços à medida que se elevasse a renda *per capita* da economia. Por consequência. estaria sendo suposto uma elasticidade renda maior do que um para os serviços. Todavia, testes realizados em exame "cross-section" de 34 países (Kravis et all., 1982) e análises inter-temporais contradizem esta tese (Kravis et all., 1982; Gutierrez, 1993).

tão forte que quando se considera o conjunto dos países da OCDE, esta participação cresceu de 43% em 1960 para cerca de 65% em 1990 (Saez, 1993).

Tabela 1
População Ocupada nos Serviços em Relação ao Emprego Total (%)
Países Selecionados

Países	1960	1970	1980	1983	1988	1990
Austrália	50,1	55,0	62,4	64,9	68,6	69,0
Bélgica	46,4	53,2	62,9	66,1	68,8	69,1
Canadá	54,1	61,4	66,0	69,0	69,8	71,2
Estados Unidos	56,2	61,1	65,9	68,5	69,9	70,9
França	38,5	47,2	55,5	58,2	62,4	63,9
Grã-Bretanha	47,6	52,0	59,7	63,8	68,4	69,7
Itália	33,5	40,3	47,8	51,5	58,8	58,6
Japão	41,3	46,9	54,2	56,0	58,0	58,7
Alemanha	39,1	42,9	50,3	52,5	54,8	56,9
Espanha	30,1	37,2	45,1	48,4	54,2	54,8

Fonte: Saez (1993).

A literatura econômica afirma que, em parte, esta tendência pode ser explicada pela doença de custos. Neste caso, explica-se o crescimento dos serviços por intermédio de um modelo de dois setores: um com alto crescimento da produtividade e outro estagnado. Como os salários reais entre os setores tendem a ser homogêneos e a demanda tende a ser relativamente inelástica em relação ao preço, há uma tendência à elevação dos preços do setor com produtividade estagnada. Ao mesmo tempo, a mão-de-obra se concentrará neste setor (Baumol 1967). Assim, ao se examinar a evolução do produto dos serviços a preços constantes, o crescimento do setor serviços simplesmente não é verificado. Baumol et al. (1991) quando mensuram a parcela do produto pertencente ao setor serviços a preços constantes encontram um R^2 extremamente baixo (0,04) e o coeficiente com sinal negativo.

O segundo fenômeno trata da importância da diversificação das atividades do setor, que tornaram-se cada vez mais heterogêneas ao longo do processo de desenvolvimento, na medida em que os serviços direcionam-se a diferentes mercados - o do consumidor final, o intermediário (produtor de bens) e o do governo (público) - envolvem distintos processos de produção e estão associados a diferentes graus de progresso técnico[2]. Assim, não só o crescimento dos serviços é afetado por problemas de preços, mas também por distintas forças que influem sobre os segmentos que o compõem. Logo, o tratamento mais desagregado do setor passa a ser fundamental para a

[2] Sobre uma proposta de classificação para os serviços levando em consideração a questão dos diferentes mercados veja Melo & Cassiolato (1996).

compreensão do tema. Esta questão se torna ainda mais importante na medida em que há um constante deslocamento de fronteira entre atividades de serviços e industriais, seja pelos efeitos da globalização financeira, seja pelo progresso técnico dos serviços de telecomunicações que permitiu maior interação à distância e a criação de novos serviços, seja pela mudança no papel do setor público trazida pelas discussões sobre a privatização de diversas atividades de serviços.

Um primeiro problema a ser enfrentado no tratamento do tema se refere às dificuldades de classificação dos serviços, que emergem da variedade de atividades envolvidas e da precariedade da base estatística que cobre o setor.[3] Segundo Cuadrado Roura (1993), a partir de meados dos anos 70, surgem duas distintas tentativas de se classificar as atividades de serviços. De um lado, há o esforço realizado por Sabolo (1975) de dividir os serviços de acordo com seu posicionamento na matriz insumo-produto. Esta metodologia levou-o a classificar os serviços em dois grandes grupos: consumo intermediário e final. Esta visão dicotômica é complementada pela distinção dos serviços de consumo final em novos e tradicionais.

A classificação de Sabolo (1975) ganha importância a partir de sua ampliação e utilização por Gershuny e Miles (1983). A idéia central desta proposta foi acrescentar determinados aspectos aos serviços, procurando fortalecer o entendimento dos setores produtivos de acordo com seu padrão de oferta. Assim, além de se classificarem os serviços em intermediários e finais, eles são qualificados de acordo com a forma em que chegam aos consumidores. De um lado, há aqueles que são alvo de troca e, por isto, são entendidos como serviços comercializáveis ou ofertados no mercado. De outro lado, existem serviços que são prestados fundamentalmente por governos e ocasionalmente por instituições comunitárias e são entendidos como não-comercializáveis.

A classificação empreendida por Gershuny e Miles (1983) teve sua repercussão assegurada pela sua semelhança com uma classificação alternativa realizada por Browning e Singelman (1978), atualmente mais conhecida e adotada internacionalmente quando se trata de tipologias para agrupar estas atividades. Estes autores recortam os serviços de acordo com o destino de sua prestação e o seu caráter coletivo ou individual. No primeiro caso, assemelham-se bastante ao esforço de Sabolo de divisão de serviços em finais e intermediários; no segundo, acompanham Gershuny e Miles (1983) em suas preocupações com a forma de organização da oferta. Como resultado, Browning e Singelman propõem uma classificação geral em quatro grupos: (i) *serviços distributivos* que visam conectar produtores entre si e com consumidores e que englobam as atividades de transporte e armazenagem, comunicações e comércio no atacado e no varejo; (ii) *serviços ao produtor* fornecidos principalmente a empresas. Nesta categoria estão os serviços financeiros e de seguros de uma

[3] Uma definição usual diferencia os serviços de outros bens derivados da produção industrial e agrícola pelo fato daqueles serem consumidos tal como produzidos e resultantes de um processo onde produção e consumo são coincidentes no tempo e no espaço (ECC, 1991).

maneira geral, os serviços técnico-profissionais e as agências imobiliárias; (iii) *serviços sociais* que estão associados à prestação coletiva, abrangendo serviços de saúde, educação, associações religiosas e administração pública; e (iv) *serviços pessoais*, prestados a indivíduos e envolvendo serviços domésticos, salões de beleza, bares e restaurantes, hotelaria, reparação, conservação e manutenção e diversões.

Com base nas preocupações levantadas por estas diferentes tipologias, Gershuny (1987) analisando a dinâmica do setor serviços levanta hipóteses distintas sobre o comportamento de cada estrutura de oferta deste setor. Neste quadro, a dinâmica dos setores fornecedores de serviços finais estaria determinada por duas forças distintas. De um lado, haveria fatores de ordem demográfica e sociológica que influenciam a demanda dos serviços finais privados. No que se refere à demografia, a tendência à urbanização pode elevar a demanda de serviços por parte da população que, neste caso, estaria mais necessitada de serviços relacionados à distribuição e transporte, bem como a todo o tipo de característica de uma sociedade urbana. As causas de conteúdo sociológico podem estar relacionadas a outros aspectos como a entrada da mulher no mercado de trabalho, o aumento do tempo disponível ao ócio, dada a elevação da relação salário/tempo de trabalho, etc. De outro lado, deve-se relativizar esta tendência de aumento da demanda pela forma em que o progresso técnico vem sendo introduzido nas atividades de consumo final. A não detecção de crescimento da produtividade destes setores é conseqüência do fato destes serviços estarem sendo substituídos por bens. Sob este ponto-de-vista, a principal forma de introdução do progresso técnico nas atividades de serviços destinadas à demanda final estaria associada ao surgimento de auto-serviços (*self-service*). Esta característica, na medida em que reduz a prestação de serviços finais, tanto sob a ótica do produto, quanto do emprego, contrabalança as tendências de elevação da demanda de serviços advindas das mudanças sociológicas e demográficas. O caso comumente citado é a introdução de máquinas de lavar domésticas que estaria substituindo os serviços prestados por lavanderias, afetando, portanto, a relação entre o consumo de bens e serviços. No mesmo sentido, a indústria radiofônica substituiu, em grande medida, os concertos no que se refere aos serviços de diversão. O crescimento do *self-service* estaria, então, refletindo uma economia cuja quantidade de serviços finais prestados é cada vez menor. Esta hipótese é interessante, por um lado, porque se contrapõe teoricamente à lei de Engel, fornecendo uma explicação para a não constatação empírica dos serviços como produtos superiores; de outro lado, vai de encontro à tese da economia industrial como predominantemente uma economia de serviços (Gershuny 1987).

O papel atribuído por Gershuny (1987) aos serviços intermediários é ainda mais interessante. Primeiro, o autor identifica o surgimento de novos serviços a serem prestados a empresas, fruto de inovações tecnológicas de produto em setores como software. Este fenômeno está diretamente

relacionado a uma elevação da quantidade de serviços existentes. Segundo, ainda com relação ao progresso técnico, a ocorrência de economias de escala e escopo em algumas atividades faz com que alguns serviços antes internalizados nas empresas possam ser adquiridos diretamente do mercado. Finalmente, acompanhando esta última tendência, a elevação dos custos indiretos do trabalho, fruto da forte carga tributária sobre a contratação do trabalho, nas economias de bem-estar, vem motivando também a terceirização de algumas atividades. Estes dois últimos fatores implicariam uma elevação da quantidade de serviços prestados simplesmente do ponto de vista contábil, refletindo principalmente uma tendência à crescente especialização do trabalho.

Já no que se refere ao setor público, a questão parece ser mais complexa. Há uma tendência de seu crescimento com o nível de renda per capita do país, até um determinado patamar, depois do qual o tamanho relativo do governo se estabiliza. No entanto, na medida em que o setor público é afetado pela doença de custos e diante da impossibilidade de se resolver este problema por substituição de serviços por bens e por atividades de *self-service*, aparecem problemas fiscais. Logo, a dinâmica de crescimento do setor público é limitada pela dificuldade de seu custeio.

Diante da abordagem de Gershuny às diferentes categorias de setores que compõem o setor serviços, uma tese pode ser levantada: *o principal foco dinâmico do setor serviços são as atividades de serviços intermediários ou, de acordo com a classificação de Browning e Singelman, as categorias que se encontram concentradas em serviços de distribuição e serviços ao produtor.* Como conseqüência, a economia dos serviços estaria sendo puxada pelo setor de bens e não poderia se constituir como um foco dinâmico alternativo.

Os resultados encontrados pela literatura acrescentam pouco à compreensão do problema. Os dados de Gershuny (1987) confirmam largamente esta tese. Utilizando uma classificação de ocupações e de indústria para o Reino Unido, entre 1951 e 1980, Gershuny não só aponta para uma elevação da participação no produto e no emprego dos setores produtores de serviços intermediários, como também um crescimento geral das ocupações relacionadas com serviços. Assim, não só é válida a tese de que o serviços intermediários apresentaram crescimento elevado, como também, pelo menos para o caso britânico, evidencia-se que este crescimento não se constituiu em apenas um resultado contábil, mas em um crescimento geral das atividades intra e interfirma.

Em consonância com o trabalho de Gershuny (1987), Momigliano e Siniscalco (1986) fazem um levantamento do comportamento dos serviços na Itália. Utilizando as matrizes de insumo-produto para a Itália, entre 1951 e 1981, os autores concluem que a participação da ocupação dos serviços intermediários passou de 29% para 38% no total dos serviços no período. Em contrapartida, a ocupação nos serviços de demanda final reduziu-se de 41% para 33% e o comércio praticamente se manteve estável, indo de 31% para 29%.

Este resultado parece ser relevante se comparado com a evolução da participação do emprego intermediário global (produção de serviços intermediários mais bens intermediários). De acordo com Momigliano e Siniscalco (1986), na Itália, o uso total de emprego na produção de recursos intermediários do sistema elevou sua participação, no período, de 37% para 40%, uma taxa de crescimento substancialmente inferior ao crescimento dos serviços intermediários. Isto implica um crescimento maior da especialização do trabalho no setor serviços do que na indústria.

Quando analisados os dados referentes a cada cadeia produtiva, percebe-se que os serviços industriais explicam cerca de 50% do crescimento total dos serviços intermediários entre 1951 e 1981. Todavia, a participação dos serviços industriais no crescimento dos serviços intermediários vem aumentando com o tempo, chegando a 60% no período de 1975 a 1981.

No entanto, mais uma vez, a tendência ao crescimento dos serviços industriais poderia estar refletindo apenas uma transformação contábil, se fosse fruto apenas do processo de terceirização presente na economia, ou seja, externalização de alguns serviços. Acompanhando a evolução do emprego do terciário implícito e dos serviços externos, Momigliano e Siniscalco (1986) calcularam que o crescimento do emprego do terciário implícito da cadeia industrial cresceu mais do que o emprego do terciário explícito no período de 1970 a 1981, o que demonstra que também se elevou o emprego dos serviços internalizados na indústria. Como conseqüência, o processo de crescimento dos serviços intermediários reflete um aumento das necessidades de atividades relacionadas a serviços para a transformação de bens.

Gutiérrez (1993) realiza uma análise seguindo duas metodologias distintas: (i) o método residual em que o consumo intermediário é calculado a partir da diferença entre o nível de produto setorial e os componentes de consumo privado e público, inversão bruta e saldo líquido do comércio exterior para oito países[4] da OCDE: a análise das tabelas insumo-produto de cinco países[5] da OCDE. A partir destes dados, ele chega à conclusão oposta com relação a Gershuny (1987) e Momigliano e Siniscalco (1986).

No que se refere ao período de 1964 a 1973, pelo método residual, Gutiérrez (1993) aponta um crescimento real do setor serviços de apenas 0,2 ponto percentual. Este crescimento pode ser decomposto em 1,6 ponto para a consumo privado de serviços, em -0,1 ponto para o consumo público e -0,2 ponto para o comércio exterior, o que implica uma diferença de -1,2 ponto dedicado ao consumo intermediário. Deve-se colocar, no entanto, que, neste período, o comportamento para o Reino Unido e Alemanha é distinto, tendo o setor serviços crescido mais do que nos demais países. De 1973 a 1984 o setor serviços cresce 3 pontos percentuais. De um lado, o consumo privado cresce

[4] Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, Espanha, Suécia, Noruega e Finlândia.
[5] Reino Unido, Alemanha, Itália, Espanha e Holanda.

0,8 ponto, o consumo público 1,2 ponto, -0,4 ponto do comércio internacional, enquanto o consumo intermediário de serviços se eleva em 1,4 ponto. Neste período, portanto, os serviços intermediários têm um papel mais importante no crescimento dos serviços. É interessante observar que a divisão em dois períodos é motivada pela tentativa de se analisar o setor serviços em dois momentos distintos da economia. No primeiro caso, onde o crescimento é mais intenso, os serviços apresentam um crescimento de sua participação no PIB mais lento. No segundo caso, quanto a economia está em crise, os serviços assumem um papel anticíclico.

Quando Gutiérrez (1993) analisa os dados da matriz insumo-produto para os anos de 1970 e 1980 conclui que o crescimento da demanda intermediária corresponde a apenas 16,79% do crescimento global do setor serviços entre 1970 e 1980. Desta maneira, os dados de Gutiérrez pelas duas metodologias rejeitam a hipótese de Gershuny (1987) de que a demanda intermediária é a principal causa do crescimento do setor.

Para o caso brasileiro, Flores e Santos (1995), utilizando as tabelas insumo-produto de 1970 e 1980, chegam a conclusões parecidas com aquelas de Gershuny (1987) e Momigliano e Siniscalco (1986). Os dados dos autores apontam um crescimento da demanda por serviços intermediários superior à elevação da demanda por serviços finais. De outra parte, no período, a externalização dos serviços ao produtor no Brasil foi grande (43,8%) em comparação com os dados dos demais países. Apesar destes resultados, os autores entendem que o país ainda não se constitui em uma economia dos serviços em decorrência de seu nível de participação no PIB e no emprego.

2. Uma Análise Preliminar do Caso Brasileiro

2.1 - A Base de Dados

A investigação acerca dos dados existentes sobre os Serviços no Brasil esbarra nas dificuldades decorrentes das próprias características deste setor, principalmente aquelas referentes à heterogeneidade e dispersão de suas atividades e à intangibilidade dos produtos gerados, que conduzem aos conhecidos problemas relativos à sua definição, classificação e mensuração. Associado a isso, e talvez como sua decorrência, verifica-se a escassez de estudos e pesquisas empreendidos sobre este setor em nosso país, o que, além de não estimular a efetiva produção de informações, impede o necessário *feed-back* em relação aos dados já produzidos.

Conscientes da problemática da base de dados e da interrupção dos censos econômicos a partir de 1985, este trabalho utiliza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE para entender evolução do setor serviços ao longo da década. A PME é uma pesquisa amostral domiciliar continua sobre a situação da mão-de-obra brasileira, coletada pelo IBGE, desde 1980, em seis regiões metropolitanas: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Esta pesquisa sofreu uma reformulação significativa em 1982 e toda análise do presente estudo limitar-se-á às informações coletadas após a reformulação da pesquisa. A PME tem cinco vantagens ímpares para a execução deste trabalho, pois nenhuma outra pesquisa contém, no nível da PME, informações sobre a renda do trabalho no Brasil: 1) nenhuma possui uma amostra da magnitude da PME; 2) cobre todos os meses do ano; 3) cobre toda a força de trabalho das principais regiões metropolitanas, incluindo tanto os trabalhadores com carteira quanto os sem carteira; 4) permite a atualização imediata dos dados, cobrindo o período mais recente; e 5) as informações sobre ramos de atividade são extremamente desagregadas, cerca de 150, o que, para a diversidade das atividades em serviços, pode ser uma grande vantagem.

A PME, contudo, apresenta alguns limites enquanto base de dados. Inicialmente, cabe chamar a atenção para a concentração geográfica da amostra, mas, como os serviços normalmente estão concentrados nas regiões metropolitanas, esta amostra deve ser um bom indicador destas atividades. No entanto, ao se utilizar a PME como fonte de dados, não se pode extrair dados referentes ao produto, perdendo, assim, parte da sensibilidade para o problema. Assim, para os serviços no Brasil serem estudados, fica-se restrito às informações sobre emprego. O trabalho de Gershuny (1987) também se baseia fundamentalmente em estatísticas sobre o emprego. Um outro problema destes dados é que estes não podem ser imediatamente adaptados para uma análise tipo insumo-produto, vital para se testar a hipótese de Gershuny (1987)[6]. Esta lacuna pode parcialmente ser coberta pela utilização da classificação de Browning e Singelman (1978), mais adequada para uma análise de corte setorial, conforme estão organizados os dados da PME e distribuindo os setores de acordo com categorias de destino da produção.

A análise, assim, utiliza a classificação de Browning e Singelman (1978), desagregando as atividades de serviços da seguinte maneira: **Serviços Distributivos**[7] - transportes (TRA), comércio e armazenagem (COM); **Serviços Produtivos** - instituições financeiras (FIN), utilidade pública (UTIL), técnico-profissionais (TEC); **Serviços Sociais** - saúde e ensino (SAU), comunitários (SCO) governo (GOV); **Serviços Pessoais** - reparação e conservação (REP), hospedagem e alimentação (HOS), pessoais diversos (LIM)

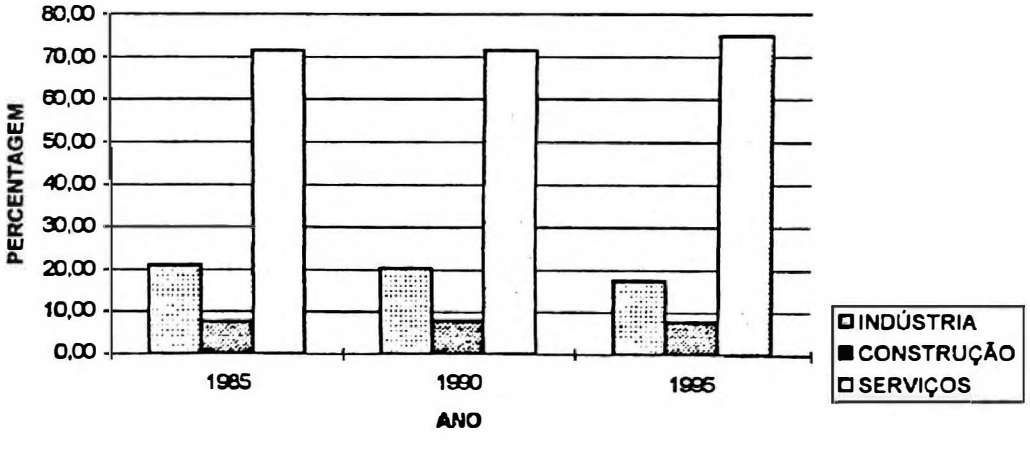
[6] Esta hipótese necessita de desagregar as atividades de serviços em consumo intermediário e final.
[7] Cabe mencionar que optou-se por incluir comunicações entre os serviços à produção, dentro do segmento de utilidade pública.

2.2 - O Caso Brasileiro

A evolução das atividades de Serviços no Brasil seguiu a mesma trajetória internacional, ou seja, a industrialização e seu corolário, a urbanização acelerada desde os anos 50, acarretaram um aumento sensível da participação destas atividades na economia. A tendência ao crescimento dos serviços na geração de empregos para o período de 1985 a 1995 está ilustrada no gráfico I que mostra a evolução do pessoal ocupado nos diversos setores urbanos da economia brasileira na última década. Observa-se, neste gráfico, que os Serviços empregam a maior parcela dos trabalhadores, representando pouco mais de 70% do emprego urbano do país. Da mesma forma, constitui-se no setor que mais expandiu o emprego nas regiões metropolitanas, tanto em termos absolutos quanto em relação ao seu próprio tamanho, afirmando-se como aquele que ofereceu a maior contribuição para a geração do emprego no Pais. Nesta trajetória, o setor vem paulatinamente ocupando o espaço das atividades industriais, cuja participação geral no emprego urbano decresce ao longo dos últimos dez anos.

Gráfico I

Evolução do Pessoal Ocupado nos Setores da Economia (1985-95)



Fonte: PME/IBGE.

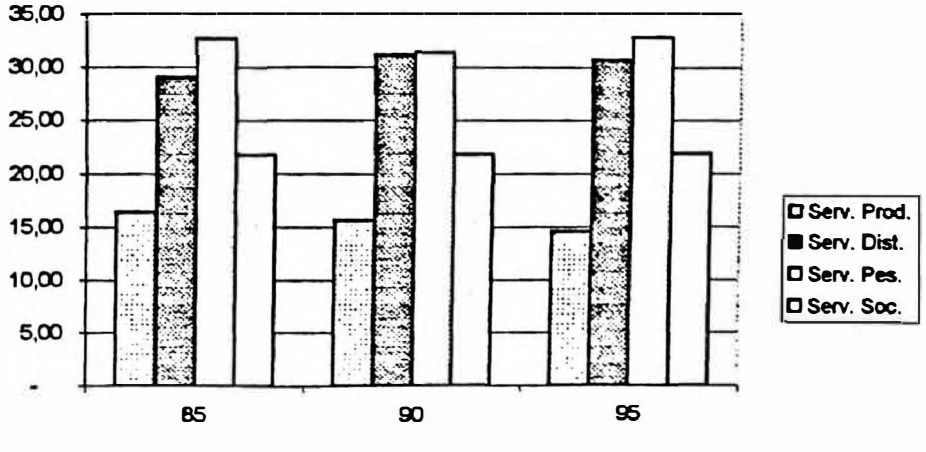
Obs.: Não estão consideradas as atividades do setor agropecuário.

A desagregação dos dados da evolução do emprego pela classificação de Browning e Singelman (1978) é apresentada no gráfico II. Pode-se perceber que os segmentos pertencentes às

categorias de serviços sociais e serviços pessoais, normalmente associados com demanda final, mantiveram sua participação no emprego constante no tempo. A modificação estrutural ocorre entre as atividades de serviços distributivos e serviços produtivos. Logo, ao contrário do encontrado por Flores e Santos (1995) para o período 1970 e 1980, não há um crescimento da demanda intermediária no setor serviços e, principalmente, os serviços destinados à produção perdem espaço para os serviços distributivos dentro do emprego total do setor serviços. Alguns problemas surgem nesta comparação. Primeiro, as categorias analíticas utilizadas por Flores e Santos (1995) e por este trabalho são distintas. Flores e Santos optam por uma divisão entre serviços alocados à demanda final e serviços de demanda intermediária, compatível com a matriz insumo-produto. Este trabalho, por sua vez, utiliza um corte setorial clássico, de acordo com Browning e Singelman. Segundo, os resultados de Flores & Santos (1995) se referem ao produto, enquanto os dados aqui relatados são de emprego. Neste caso, é importante saber que diferenças no crescimento da produtividade aparente do trabalho entre setores podem criar importantes distorções. Todavia, os dados internacionais gerais (Baumol et al. 1991 e Gutiérrez 1993) indicam que comércio e armazenagem e transportes têm sido setores onde a produtividade tem crescido a taxas elevados e, logo, seu crescimento também deveria estar expresso no nível de produto. Por sua vez, os resultados apresentados para os segmentos pertencentes aos serviços produtivos são inconclusivos no que tange à questão do aumento da produtividade. À primeira vista, portanto, a previsão de Gershuny (1987) de maior crescimento dos serviços intermediários não é confirmada pelos dados da PME.

Gráfico II

Evolução da Participação no Emprego dos Serviços por Categoria Setorial (1985-95)



Fonte: PME/IBGE.

Uma desagregação setorial ainda maior permite um exame mais preciso da evolução da hipótese de Gershuny. A partir do gráfico III, pode-se perceber que a queda de importância do segmento de serviços produtivos está concentrada nos setores financeiro e de serviços de utilidade pública, enquanto, ao contrário, os serviços técnicos profissionais apresentam uma elevação muito grande de sua participação total no emprego. Esta situação é explicada por diversos fatos. Por um lado, há uma tendência à substituição de mão-de-obra no setor financeiro, provocada pela automação de diversas atividades. Também contribuíram para esta retração os diversos ajustes realizados pelos bancos após os vários planos de estabilização. Em 1995, na vigência do Plano Real, estas instituições chegaram a registrar uma queda de 7,4% de suas atividades, enquanto o desempenho geral dos serviços crescia em 5,7%. Já no que se refere ao segmento de serviços de utilidade pública, a falta de investimentos de infra-estrutura no período, conseqüência da crise do Estado brasileiro, deve explicar a sua redução. A interpretação do crescimento do segmento de técnicos profissionais pode ser vista como conseqüência de dois fenômenos distintos: (i) a criação de novas atividades; e (ii) a externalização das atividades das empresas. Uma das atividades mais importantes dentro deste segmento está relacionada com informática e serviços de software. No entanto, a esperada maior participação destas atividades dentro do segmento de técnicos profissionais não se revela verdadeira, pelo menos no que se refere ao emprego. As atividades de assessoria onde estão incluídas as atividades de software crescem muito pouco no período[8]. Já a externalização de algumas atividades antes praticadas internamente às empresas, na tentativa de fuga dos custos indiretos do trabalho, parece ser a principal responsável pelo crescimento dos serviços técnicos profissionais. Um indicador deste fenômeno pode ser obtido no exame dos dados sobre as relações trabalhistas neste segmento, onde se tem um decréscimo da participação dos trabalhadores sem carteira, enquanto se eleva a dos trabalhadores por conta própria[9].

O pequeno crescimento dos serviços distributivos tem como principais responsáveis as atividades relacionadas com comércio, deixando aos transportes um papel secundário na explicação da tendência apresentada pelo setor. No entanto, como será visto abaixo, parte deste crescimento deverá estar relacionado com comércio destinado à demanda final, mais especificamente nas atividades de ambulantes, e não ao consumo intermediário. Logo, o crescimento dos serviços distributivos não necessariamente expressam um crescimento dos serviços intermediários.

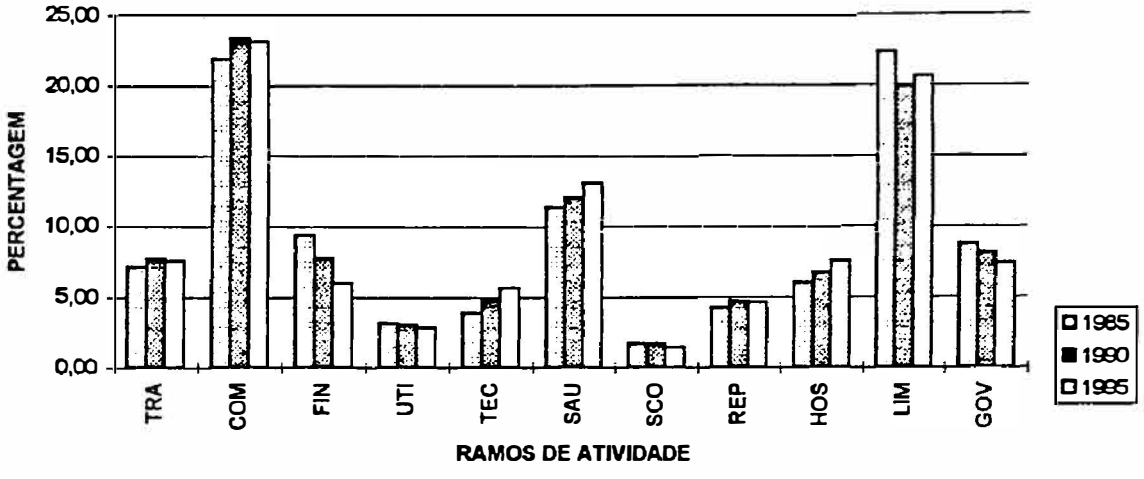
---

[8] Uma explicação para este fenômeno pode ser dada pela redução de importância das atividades dos Centros de Processamento de Dados que perdem importância durante os últimos dez anos.

[9] Este ponto será explorado em seguida para o setor serviços como um todo, conforme poderá ser visto no gráfico V.

Gráfico III

Brasil - Distribuição do Pessoal Ocupado no Setor Serviços (%)



Fonte: PME/IBGE.

A aparente estabilidade das categorias de serviços pessoais e sociais é desfeita quando os dados são examinados de maneira mais desagregada. Em serviços sociais, o dado mais importante é o decréscimo da participação do governo no emprego geral, enquanto saúde e educação ganham importância. Confirma-se desta maneira a idéia de que o governo tem sofrido importantes reduções de seu contingente de trabalhadores. Já saúde e educação apresentam a tendência geral esperada elevação de sua participação em um país tão deficiente nestas atividades.

Duas tendências são contrastantes nos serviços pessoais. Por um lado, o segmento de limpeza e conservação apresenta nesta década uma redução de sua participação no emprego. Por outro lado, os serviços de hospedagem e alimentação têm um crescimento consistente. O segmento de limpeza e conservação é dominado basicamente pelas atividades de serviços domésticos (mais de 50%). Estas atividades apresentaram flutuações no período. Inicialmente, tiveram uma redução de 1985 para 1990, mas, depois, com a recessão dos anos 90, voltaram a crescer, terminando o período com mais ou menos a mesma participação inicial no emprego. Todavia, as atividades de limpeza e conservação não associadas com o emprego doméstico, mas com serviços prestados a empresas cresceram substancialmente no período. Isto é fruto da externalização das atividades por parte de outras empresas de bens e serviços. A responsabilidade geral da queda de importância está nas atividades de serviços de confecção e conservação de vestuário. Aqui, devem ser conjugadas duas trajetórias semelhantes: o desaparecimento progressivo das atividades de alfaiataria e costureiras que

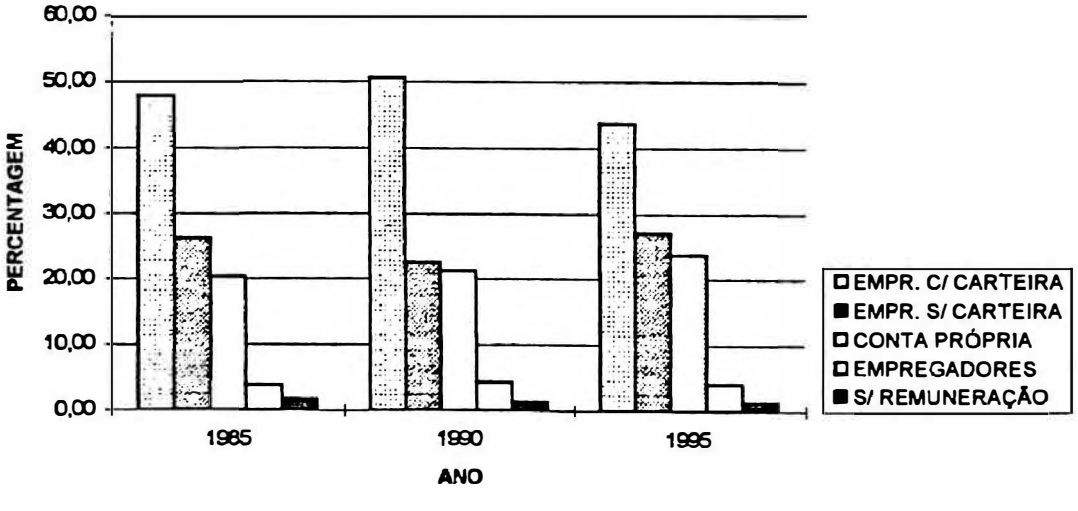
perdem espaço para a roupa pronta e a substituição das atividades de lavanderia e tinturaria por *self-servicing*, conforme previsto por Gershuny (1987).

Assim, em um nível de desagregação maior, os dados não confirmam a hipótese de Gershuny (1987). A análise mais desagregada permite, no entanto, a percepção da heterogeneidade do comportamento dos segmentos e, principalmente, a diversidade de mercados finais e intermediários dentro de cada categoria. Assim, se em serviços distributivos, normalmente associados com intermediários, suspeita-se que as atividades relacionadas com a demanda final são as que se comportam mais positivamente no período analisado, em serviços pessoais, associado com demanda final, a prestação de serviços de limpeza às empresas é a atividade que mais cresce.

A inclusão da análise do tipo de relação trabalhista no setor, pode lançar alguma luz ao que vem ocorrendo nos serviços no que se refere a sua evolução nos últimos anos. A partir do gráfico IV, pode-se observar uma tendência à queda da mão-de-obra empregada com carteira de trabalho. Ao contrário do previsto, esta queda não é completamente compensada com a elevação do pessoal ocupado sem carteira, mas sim por uma tendência à maior participação da mão-de-obra trabalhando por conta própria. Em termos gerais, a análise do gráfico permitiria concluir que há um movimento em direção à maior flexibillização das relações trabalhistas dentro dos serviços.

Gráfico IV

Distribuição do Pessoal Ocupado no Setor Serviços segundo a Posição na Ocupação (%)

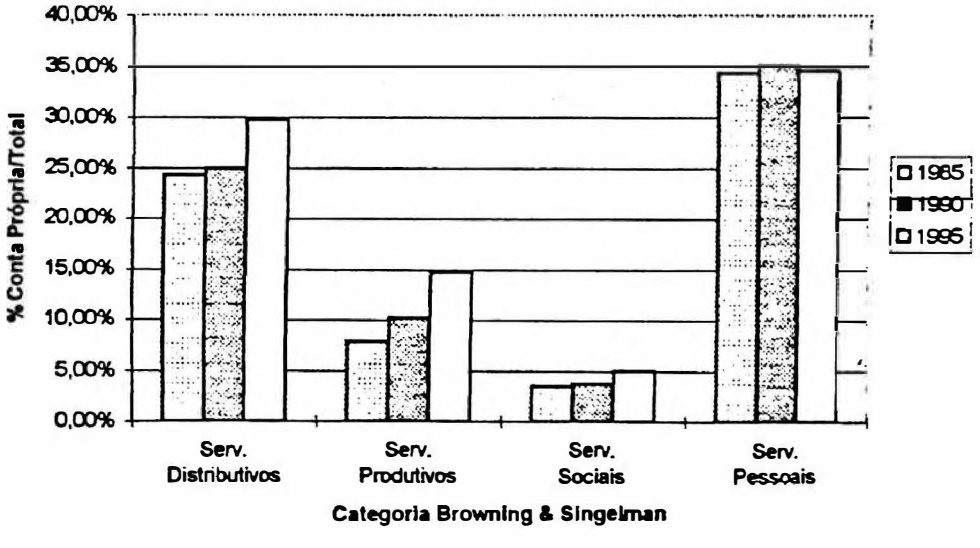


Fonte: PME/IBGE.

No entanto, como pode ser observado no gráfico V, os segmentos de mercado que apresentam maior crescimento de mão-de-obra trabalhando por conta própria pertencem às categorias de serviços de distribuição e serviços ao produtor. Em ambos, a taxa de crescimento é superior durante a década de 90, quando a taxa de crescimento da economia é baixa. Em um nível mais desagregado esta tendência permanece em todos os cinco segmentos que cobrem estas categorias. À exceção de comércio, onde esta tendência pode refletir a elevação do número de ambulantes, todos os demais segmentos predominantemente prestam serviços a empresas. Assim, trata-se do crescimento da mão-de-obra que trabalha em setores intermediários. Neste sentido, a tendência a elevação dos trabalhadores por conta própria, em grande medida, pode estar refletindo a terceirização de atividades por parte das empresas que, desta maneira, estariam fugindo dos custos indiretos do trabalho[10]. Principalmente, deve-se enfatizar a partir deste resultado que as tentativas de flexibilização das condições de trabalho não é privativa das atividades de ambulantes ou empregadas domésticas.

Gráfico V

Evolução da Participação do Pessoal Empregado por Conta Própria nas Categorias de Browning e Singelman



Fonte: PME/IBGE.

Em oposição, os serviços sociais e pessoais não apresentam grande diferença no período mantedo estável a participação da mão-de-obra trabalhando por conta própria. No caso de serviços

[10] Por outro lado, dada a tendência à queda do emprego em alguns destes segmentos, como intermediação financeira, a elevação da mão-de-obra trabalhando por conta própria também pode ser consequência da tentativa de ajuste de pessoal desempregado.

pessoais, estes dados podem refletir o já elevado nível de pessoal ocupado por conta própria, mostrando talvez um limite máximo para este tipo de posto de trabalho. Já a evolução dos serviços sociais está viciada pela elevada participação do governo na categoria.

Conclusões

Os dados de emprego para o período de 1985 a 1995 permitem concluir que:

(i) ao contrário do afirmado por Flores e Santos (1995), há indícios da economia brasileira se comportando como uma economia dos serviços. Esta assertiva é conseqüência da crescente participação dos serviços no emprego urbano em detrimento do setor industrial;

(ii) a hipótese de Gershuny (1987) de crescimento dos segmentos intermediários superior ao crescimento dos segmentos finais não parece se confirmar pelos dados de emprego urbano. No entanto, também não se pode afirmar que o crescimento do emprego final predomine sobre o crescimento do emprego dos segmentos intermediários; e

(iii) o crescimento do emprego intermediário, em grande medida, está associado ao pessoal empregado por conta própria, o que permite deduzir uma tendência de terceirização de atividades de serviços por parte das empresas, em busca de maior flexibilização do mercado de trabalho.

Bibliografia

1. Baumol, W. J., Macroeconomics of Unbalanced Growth: The Anatomy of Urban Crisis. *American Economic Review*, June, 1967.
2. Baumol, W.; Blackman, S. and Wolff, E. Unbalanced Growth Revisited: Asymptotic Stagnancy and New Evidence. *American Economic Review*, vol 75, n. 4, 1986.
3. _____ *Productivity and American Leadership: The Long View*. The MIT Press, Cambridge, 1991.
4. Bell, D. *The Coming of the Post-Industrial Society*, New York, Basic Books Inc., 1973.
5. Cuadrado Roura, J. e Rio Gómez, C. *Los Servicios en España*, Ed. Piramide, Madrid, 1993.
6. Flores, R. G. & Santos, S. C. dos, Three Hypotheses on the Brazilian Service Sector. *The Review of Income and Wealth*, june 1995.

7. GATT *International Trade 1988-89*, GATT, Genebra, 1987.

8. Gershuny, J. The Future of Service Employment, em Giarini, O. (ed.), *The Emerging Service Economy*, Perganon Press, 1987.

9. Gershuny, J. and Miles, I. *The Transformation of Employment in Industrial Societies*. London, Francis Printer, 1983.

10. Gutiérrez, J.P., *El Crecimiento de los Servicios: Causas, Repercusiones y Politicas*, Madrid, Alianza Editorial, 1993.

11. Kravis, I.; Heston, A. e Summers, R. The Share of Services in Economic Growth. In Adams, G. and Hickman, B. (eds.) *Global Econometrics*. The MIT Press, Cambridge Mass., 1983.

12. Melo, H. e Cassiolato, J. Os Serviços - Um Debate entre Usuários e Produtores de Informações Econômicas. *Anais do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*, IV Conferência de Estatística, IBGE, Rio de Janeiro, Economia, vol. II, 1996.

13. Momigliano, F. & Siniscalco, D. "Mutamenti nella struttura del sistema produtivo e integrazione fra industria e terziario", in Pasinetti, L. (org.) *Mutamenti strutturali del sistema produttivo: integrazione tra industria e settore terziario, Ed. Il Mulino, Bologna*, 1986.

14. Riddle, D. *Service-Led Growth: The Role of the Services Sector in World Development*, New York, Praeger, 1986.

15. Sabolo, Y. *The Serices Industries*. Geneve, International Labour Office, 1975.

16. Saez, F. (ed.) *Los Servicios en España: situación y tendencias*, Ed. FEDEA, Madrid, 1993.

17. US Department of Commerce Papers nº 6, Services Classifications, Economic Classification Policy Commitee, Bureau of Economic Analysis, Washington, March, 1994.

Série Seminários

N.01/92 - Notas Sobre Flexibilidade Dinâmica, Competitividade e Eficácia Econômica - José Tauille (IEI-UFRJ).
N.02/92 - A Duração do Desemprego no Brasil - Wasmália Bivar (DEIND-IBGE) .
N.03/92 - A Experiência Francesa da Renda Mínima de Inserção (RMI), Michel Schiray (CNRS, CRBS-EHESS,. França).
N.04/92 - A Carteira de Trabalho no Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro, Valéria Lúcia Pero (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
N.05/92 - Participação das Organizações de Pequenos Comerciantes Urbanos nas Reformas Institucionais e de Políticas em Nível Local - Três Estudos de Casos no Rio de Janeiro, João Sabóia (NEST e IEI-UFRJ) e Ricardo Mello (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
N.06/92 - A Evolução Temporal da Relação entre Salários e Educação no Brasil: 1976-1989, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA,. IEI-UFRJ,. IUPERJ e Yale University) e Lauro Ramos (DIPES-IPEA, USU).
N.07/92 - Desproteção: outra face da pobreza, Maria Lúcia Werneck (IEI-UFRJ).
N.08/92 - Trabalho à Domicílio: uma contribuição para o estudo de um conceito complexo, Cristina Bruschini (Fundação Carlos Chagas).
N.09/92 - Projeção da Demanda de Produtos Agrícolas, Ajax Reynaldo Bello Moreira (DIPES-IPEA).
N.10/92 - Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ,. IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e PUC-RJ), Lauro Ramos (DIPES-IPEA e USU) e Sônia Rocha (DIPES-IPEA).
N.11/92 - Uma Alternativa para a Reformulação da Seguridade Social, Francisco E.B.Oliveira (DIPES-IPEA e E.E./UFRJ), André Cezar Médici (ENCE-IBGE e IESP) e Kaizô I. Beltrão (ENCE-IBGE).
N.12/92 - Efeitos Redistributivos das Políticas de Estabilização numa Economia Dual: o caso do Brasil - 1981-1988, André Urani (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA) e Carlos D. Winograd (DELTA e Nuffield College).
N.13/92 - Processo Técnico, Processo de Trabalho e Acumulação: uma periodização do processo de trabalho, José RicardoTauille (IEI-UFRJ).
N.14/92 - Projeções de Demanda ao Ensino Básico: 1980-2010, Nelson do Valle Silva (LNCC e IUPERJ) e José Bernardo B. Figueredo (OIT).
N.15/92 - A Pedagogia da Repetência, Sérgio Costa Ribeiro (LNCC).
N.16/92 - Qualidade do Ensino Básico e Igualdade de Oportunidades, Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e PUC-RJ).
N.17/92 - Income Distribution in Brazil: longer term trends and changes in inequality since the mid-1970s, Regis Bonelli (DIPES-IPEA), Lauro Ramos (DIPES-IPEA e USU).
N.18/92 - Espaçamento, Aleitamento Materno, Serviço de Saúde e Mortalidade na Infância na República Dominicana, Peru e Brasil, Stephen D. McCracken (CEDEPLAR-UFMG).
N.19/92 - Insatisfacción y Conflicto como los Principales Problemas en las Relaciones Laborales en Bolívia, Fernando Andres Blanco Cossio (PUC-RJ).

Mudança de série

N.01/92 - O Programa Brasileiro de Seguro-Desemprego: Diagnóstico e Sugestões para o seu Aperfeiçoamento, Beatriz Azeredo (IEI-UFRJ e CEPP) e José Paulo Chahad (FEA-USP).
N.02/92 - An Autonomous Approach to Modernity? Ivan da Costa Marques (NCE-UFRJ).
N.03/92 - Life and Death of Children in the Streets: a marginalized and excluded generation in Latin America Society, Irene Rizzini (USU).
N.01/93 - Human Resources in the Adjustment Process, Edward Amadeo (PUC-RJ), Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University), José Márcio Camargo (PUC-RJ), Rosane Mendonça (PUC-RJ e DIPES-IPEA), Valéria Lúcia Pero (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA) e André Urani (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
N.02/93 - Nível e Distribuição de Renda: Brasil e Macroregiões, 1979, 1985-89, Lilian Maria Miller (DEISO-IBGE).
N.03/93 - Entrepreneurial Risk and Labour Share in Output, Renato Fragelli Cardoso (EPGE-FGV).
N.04/93 - Inflação e Desemprego como Determinantes do Nível e da Distribuição da Renda do Trabalho no Brasil Metropolitano: 1982-92, André Urani (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).
N.05/93 - Indexação e Regulamentação na Dinâmica do Mercado de Trabalho, Guilhermo Tomás Málaga (FGV-SP).
N.06/93 - Indexação e Inflação de Equilíbrio, Antônio Fiorencio (UFF).
N.07/93 - Uma Nova Abordagem do Conflito Distributivo e a Inflação Brasileira, Jorge Saba Arbache Filho (UNB).
N.08/93 - Em Busca das Raízes da Pobreza na América Latina, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
N.09/93 - Human Capital Investiment and Poverty, Heitor Almeida (PUC-RJ) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).
N.10/93 - Políticas de Concorrência e Estratégicas Empresariais: Um Estudo da Indústria Automobilistica, Lúcia Helena Salgado (DIPES-IPEA).

N.11/93 - Capital Humano e Custo de Ajustamento, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ e Yale University), José Carlos Carvalho (Yale University) e Rosane Mendonça (PUC-RJ e DIPES-IPEA).
N.12/93 - A Competitividade das Exportações Brasileiras no Período 1980/89, Armando Castelar Pinheiro (DIPES-IPEA) e Maria Helena Horta (DIPES-IPEA).
N.13/93 - Quem Ganha o Salário Mínimo no Brasil?, Lauro Roberto Albrecht Ramos (DIPES-IPEA e USU) e José Guilherme Almeida Reis (CNI e PUC/RJ).
N.14/93 - Medidas de Consumo de Capital Natural no Brasil, Ronaldo Serôa da Mota (DIPES-IPEA).
N.15/93 - Relações de Trabalho, Educação e Mecanismos de Proteção Social, Carlos Medeiros (IEI-UFRJ), Cláudio Salm (IEI-UFRJ) e Maria Lucia Werneck (IEI-UFRJ).
N.16/93 - Returns to Education in Brazil: a flexible function form estimation, José Carlos dos Reis Carvalho (PNUD/IPEA e Yale University).
N.17/93 - The Politics of Economics in Brazil, Wilber Albert Chaffee (Saint Mary's College of California e IUPERJ).
N.18/93 - A Flexibilidade no Mercado de Trabalho: Teoria e Experiências Internacionais, Carlos Alberto Ramos (UNB).
N.19/93 - Avaliação do Ensino Superior no Brasil, Jean-Jacques Paul (Institut de Recherche sur L'Economie de l'Education).
N.20/93 - Inflation Wage Indexation and the Permanent Income Hypotesis, Marcelo Neri (UFF, DIPES-IPEA e Princeton University).
N.21/93 - The Role of Education on the Male-Female Wage Gap in Brazil: 1981-1990, Suzanne Duryea (University of Michigan).
N.22/93 - Entre a Lógica Particular e a Eficiência Social, Edward J. Amadeo (PUC-RIO).
N.23/93 - Geração e Reprodução da Desigualdade de Renda no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University) e Rosane Mendonça (PUC-RJ, DIPES-IPEA).
N.24/93 - Asymmetric Employment Cycles and Firm Level, Gustavo Gonzaga (PUC-RJ).
N.25/93 - Duração da Pobreza no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA,IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA,PUC-RJ) e Marcelo Neri (UFF, DIPES-IPEA e Princeton University).
N.26/93 - Contrato Coletivo, Negociação Coletiva, Competitividade e Crescimento: Principais Conceitos e Quadro Comparativo, Hans Mathiew (ILDESFES) e Achim Wachendorfer (ILDESFES).
N.27/93 - Brazilian Women in the Metropolitan Labour Force: A time series study across region and households status, Jorge Jatobá (PIMES-UFPE).
N.28/93 - Distribuição Mundial de Renda no Pós-Guerra, Crescimento Econômico e Desigualdade entre Países (1950-1988), Regis Bonelli (DIPES-IPEA).
N.29/93 - The Informal and Demographic Dynamics in Brazil: implications from the age structure, Eduardo Rios Neto (CEDEPLAR-UFMG), Lauro Ramos (DIPES-IPEA) e Simone Wajman (CEDEPLAR-UFMG).
N.30/93 - Demanda Efetiva e Salários: uma teoria sem mercado, Victor Hugo Klagsbrunn (UFF).
N.31/93 - Uma Matriz de Contabilidade Social para a Região Nordeste, André Urani (FEA-UFRJ e DIPES-IPEA) e Ajax Moreira (DIPES-IPEA).
N.01/94 - Conferência sobre Regulamentação do Mercado de Trabalho, março de 1994.
N.02/94 - As Consequências de Melhoras do Status da Mulher e da Queda de Fertilidade sobre o Desenvolvimento Infantil e a Pobreza Familiar, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ) e Tatiana Velazco (PUC-RJ e DIPES-IPEA).
N.03/94 - O Impacto do Seguro-Desemprego no Mercado de Trabalho: o Caso Brasileiro, Danielle Carusi Machado (DIPES-IPEA).
N.04/94 - Desemprego: Aspectos Teóricos e o Caso Brasileiro, Carlos Henrique Leite Corseuil (EPGE-FGV).
N.05/94 - Porca Miséria II - As Causas da Pobreza no Brasil, José Márcio Camargo (PUC-RJ) e Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ,IUPERJ e Yale niversity).
N.06/94 - Crescimento da Produtividade e Geração de Emprego na Indústria Brasileira, Edward Amadeo (PUC-RJ) e André Villela (BNDES).
N.08/94- The Evolution of Welfare, Poverty and Inequality in Brazil over the Last Three Decades: 1960-1990, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ).
N.09/94 - O IDS e o Desenvolvimento Social nas Grandes Regiões e nos Estados Brasileiros, Maria Cecília Prates Rodrigues (FGV-IBRE).
N.10/94 - Um Estudo da População de Altos Rendimentos no Brasil nos Anos Recentes, Paula de Medeiros Albuquerque (FEA-UFRJ).
N.11/94 - Instituições Trabalhistas e a Dinâmica do Mercado de Trabalho Brasileiro.
N.12/94 - Wage Indexation and the effects of money, Antônio Fiorêncio (DIPES-IPEA e UFF).
N.13/94 - Is Poverty the Main Cause of Child Work in Urban Brazil? , Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ) e Tatiana Velazco (PUC-RJ e DIPES-IPEA).
N.14/94 - Qualificação de Mão-de-obra e Mercado de Trabalho não Regulamentado, Reynaldo Fernandes (FIPE-USP).

N.15/94 - On the Measurement of the Purchasing Power of Labor Income in an Inflationary Environment, Marcelo Neri (UFF, DIPES-IPEA e Princeton University).

N.16/94 - Programmable Automation and Employment Practices in Brazilian Industry, Ruy de Quadros Carvalho (UNICAMP).

- **N.17/94** - Inflation and Economic Policy Reform: Social Implications in Brazil, Edward Amadeo (PUC-RJ) e Gustavo Gonzaga (PUC-RJ).

N.18/94 - Pobreza, Estrutura Familiar e Trabalho, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA, IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University), Rosane Mendonça (Bolsista ANPEC-IPEA e aluna do doutorado em Economia no IEI-UFRJ) e José Márcio Camargo (PUC-RJ).

N19/94. - Debate sobre Programa de Garantia de Renda Mínima, Organizadores: André Urani (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ), e Hans Mathieu (ILDESFES).

N.20/94 - Debate sobre Política Salarial e Distribuição de Renda, Organizadores: André Urani (DIPES-IPEA e IEI-UFRJ), e Hans Mathieu (ILDESFES).

N.21/94 - Participação Feminina na População Economicamente Ativa no Brasil: Elementos para Projeções de níveis e padrões, Simone Wajnman, (CEDEPLAR-UFMG) e Eduardo Rios Neto (CEDEPLAR-UFMG).

N.22/94 - Câmaras Setoriais - Notas sobre sua Constituição, Quadro Atual e Perspectivas, Ivan Gonçalves Ribeiro Guimarães (DESEP-CUT).

N.01/95 - Uma Avaliação da Qualidade do Emprego no Brasil, Ricardo Paes de Barros (DIPES-IPEA,IEI-UFRJ, IUPERJ e Yale University) e Rosane Mendonça (IEI-UFRJ e DIPES-IPEA).

N.02/95 - The Contemporary Transformations of the Japanese Wage Labor Nexus in Historical Retrospect and some International Comparisons, Robert Boyer (CEBREMAP-Paris).

N.03/95 - Merenda Escolar e Desigualdade: O Caso de São Paulo, André Cezar Médici (IESP-FUNDAP e Instituto Fenand Braudel de Economia Mundial).

N.04/95 - Regulations and Flexibility of the Labor Market in Brazil, Edward J. Amadeo (PUC-RJ).

N.05/95 - A Administração Pública como Empregadora: Uma Avaliação da Década de 80, Mariana Ramalho (DIPES-IPEA e FEA-UFRJ) e André Urani (DIPES-IPEA e FEA-UFRJ)

N.06/95 - Mercado de Trabalho Não-Regulamentado: Participação Relativa e Diferenciais de Salários, Reynaldo Fernandes (FIPE-USP).

N.07/95 - Relatório sobre o Desenvolvimento Social na Sociedade Brasileira, Amélia Cohn (CEDEC-SP).

N.09/95 - Pigou, Dalton and the principle of transfers: an experimental investigation, Yoram Amiel (Ruppin Institute) e Frank A.Cowell (The London School of Economics and Political Science).

N.10/95 - Labor Market Institutions and Labor Market Performance, Ricardo Barros (Yale University and Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA) e Rosane Mendonça (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA).

N.11/95 - Estruturas de Negociação Salarial e Desempenho Macroeconômico, José Carlos dos Reis Carvalho (Yale University).

N.12/95 - Análise Estrutural do Emprego e dos Rendimentos na Indústria de Transformação de São Paulo, Márcia Helena de Lima (SENAI-SP).

N.13/95 - Rigidezes de Práticas de Pagamento, Marcelo Neri (UFF, PNPE/IPEA e Princeton University).

N.14/95 - A Reestruturação Industrial e a Natureza do Trabalho Capitalista, Liana Maria da Frota Carleial (Universidade Federal do Paraná).

N.15/95 - Mudanças na Estrutura Ocupacional na Década de 80, Ana Flávia Machado (FACE/UFMG) e Mônica Viegas Andrade (FACE/UFMG).

N.16/95 - Ambiente Ecônomico e Resposta Empresarial: O Ajuste da Indústria Brasileira nos Anos 90, Paulo Fernando Fleury (COPPEAD/UFRJ).

N.17/95 - Distribuição de Renda e Pobreza nos Anos 90: Uma Análise da Situação na Região Metropolitana de São Paulo, Paulo de Martino Jannuzzi (SEADE) e Sandra Márcia Chagas Brandão (SEADE).

N.18/95 - Terciarização e Qualidade do Emprego: Uma Análise da Região Metropolitana de São Paulo no Início dos anos 90, Valéria Pero (CIET/SENAI).

N.19/95 - Qualificação, Tecnologia e Salário na Teoria Econômica, Victor Hugo Klagsbrunn (UFF).

N.01/96 - A Guide to Living Standards Measurement Study Surveys and Their Data Sets, Margaret E. Grosh (World Bank) e Paul Glewwe (World Bank).

N.02/96 - Modelos de Geração de Emprego Aplicados à Economia Brasileira - 1985/95, Sheila Najberg (BNDES) e Solange Paiva Vieira (BNDES).

N.03/96 - O Impacto da Abertura Comercial sobre o Mercado de Trabalho Brasileiro, Ricardo Paes de Barros(IPEA), Luiz Eduardo Cruz, Miguel Foguel e Rosane Mendonça (Bolsistas do PNPE na DIPES-IPEA).

N.04/96 - Gastos Sociais e Pobreza no Brasil, Teresa Polly Jones (Banco Mundial)

N.05/96 - A Desigualdade da Pobreza: Estratégias Ocupacionais e Diferenciais por Gênero, Ricardo Paes de Barros (IPEA), Rosane Mendonça (Bolsista do PNPE na DIPES-IPEA) e Ana Flávia Machado (FACE/UFMG).

N.06/96 - Renda Mínima: uma avaliação das propostas em debate no Brasil, André Urani (FEA-UFRJ e DIPES-IPEA)

N.07/96 - Bem-Estar, Pobreza e Desigualdade de Renda: Uma Avaliação da Evolução Histórica e das Disparidades Regionais, Ricardo Paes de Barros (IPEA), Rosane Mendonça (Bolsista do PNPE na DIPES-IPEA) e Renata Pacheco (Bolsista do PNPE na DIPES-IPEA).

N.08/96 - Crescimento Endógeno, Distribuição de Renda e Política Fiscal: Uma Análise Cross-Section para os Estados Brasileiros, Victor Duarte Lledó (EPGE/FGV).

N.09/96 - Desemprego Regional no Brasil: Uma Abordagem Empírica, Carlos Henrique Corseuil (PNPE/IPEA e EPGE/FGV), Gustavo Gonzaga (PUC-RJ) e João Victor Issler (EPGE/FGV).

N.10/96 - Social Returns to Investments in School Quality in Brazil, David Lam (Department of Economics and Population Studies Center, University of Michigam) e Deborah Reed (Public Policy Institute of California).

N.11/96 - Effects of Schooling on Fertility, Labor supply, and Investments in Children, With Evidence From Brazil, David Lam (Universidade de Michigan) e Suzanne Duryea (Universidade de Michigan).

N.12/96 - Roads to Equality - Wealth Distribution Dynamics With Public-Private Capital Complementarity, Francisco H.G. Ferreira (The World Bank and STICERD, London School of Economics)

N. 13/96 - El Régimen de Seguridad Social En Cuba, Maria Cristina Sabourin Jovel (Universidad de Havana).

N.14/96 - A Estrutura do Desemprego no Brasil, Ricardo Barros (DIPES/IPEA), José Márcio Camargo (PUC/RJ), Rosane Mendonça (DIPES/IPEA)

N.15/96 - O Crescimento dos Serviços no Brasil: Considerações Preliminares - Hildete Pereira de Melo, Carlos Frederico Leão Rocha, Galeno Ferraz, Ruth Helena Dweck e Alberto di Sabbato (Professores do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense).